



A dor da tese

Miriam Pillar Grossi
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

e-mail: miriam@cfh.ufsc.br
Recebido em: setembro 2004

Resumo

Doenças, operações, perdas afetivas são seguidamente invocadas como elementos de "atraso" nas demandas por mais prazo na elaboração da tese. Partindo da constatação de que há um "sintoma" recorrente na finalização dos trabalhos acadêmicos – que chamo de "dor da tese" –, reflito neste texto sobre o processo de criação do texto acadêmico, e sobre o papel do/a orientador/a nesse processo.

Palavras chave

Orientação, transfert, somatização, trabalho intelectual.

Abstract

Surgical operations, illnesses and affective losses are constantly invoked as delaying elements in the demands for longer deadlines for the elaboration of thesis. Verifying that there is a "recurrent symptom" in the finishing of the academic works - that I call "pain of the thesis" -, I reflect in this text on the process of creation of the academic text, and on the advisor's role in this process.

Keywords

Advising, transfert, somatization, intellectual work.

A dor de escrever uma tese: algumas definições iniciais

Para iniciar minha reflexão, gostaria de compartilhar algumas definições das palavras *dor*, *escrever* e *tese*.

Dor - No dicionário *Aurélio*, a palavra *dor* é definida assim: do latim *dolore*. 1. Impressão desagradável ou penosa, proveniente de lesão, contusão ou estado anômalo do organismo ou de uma parte dele; sofrimento físico; 2. sofrimento moral; mágoa, pesar, aflição; 3. dó, compaixão, condolência.

Escrever - Roland Barthes define esta palavra, em seu livro *Fragmentos do discurso amoroso*, como “Armadilhas, debates e impasses através dos quais aparece o desejo de ‘expressar’ o sentimento amoroso em uma ‘criação’(particularmente de escrita)”¹.

Tese - No dicionário *Petit Robert*, *Tese* é definida assim: do latim *thesis*, palavra grega que significa “ação de colocar, de pôr”. 1. Proposta ou teoria particular que se toma por verdadeira e a qual nos propomos a defender por argumentos. 2. Proposta ou série de propostas que o candidato ao grau de bacharel, de licenciado, de doutor, etc., se empenha em defender. A partir do séc. XIX: obra apresentada para a obtenção do doutorado... preparada em dois ou três anos após o bacharelado².

Para a mesma palavra, o dicionário *Aurélio* dá a seguinte definição: 1. Proposta que se expõe para, em caso de impugnação, ser defendida. 2. Proposição formulada nos estabelecimentos de ensino superior e médio para ser defendida em publico.

Escrever uma tese

Escrever. Trabalho do intelectual, trabalho do antropólogo. Ato que caracteriza nossa profissão, talvez de forma mais marcante

do que o faz – como sempre defendemos em nossos cursos – o trabalho de campo. Etnografia, como nos ensinaram os nossos ancestrais, é o texto que resulta da articulação de nosso trabalho de campo com as leituras teóricas que fizemos. Não há, portanto, antropologia sem escrita.

Tese de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação – eis os três textos fundantes de nossas carreiras, e para fazê-los precisamos de orientadores. Por que?

Meus alunos de graduação na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais II, que é a disciplina que antecede a realização da monografia final (TCC) e portanto exige a escolha de um tema de pesquisa e de um orientador, seguidamente me questionam sobre a necessidade de um orientador. Eles me dizem que podem escrever sozinhos, que orientadores os afastam dos seus interesses e, ainda, que os exploram, ao fazê-los realizar pesquisas nas áreas de atuação destes últimos. Para responder a tantos questionamentos e tentar ajudá-los a aplacar a angústia que o final do curso de Ciências Sociais representa, tenho sido obrigada a refletir teoricamente sobre o sentido da orientação nos dias de hoje. Busco compartilhar aqui o que tenho pensado sobre o ato de orientar. Para simplificar o meu argumento usarei a categoria “tese” para falar não apenas de teses de doutorado mas também de dissertações de mestrado e de monografias de final de curso de graduação.

Por que um orientador³ é necessário?

Aprende-se antropologia com antropólogos, seja lendo-os – lendo os nossos clássicos –, seja convivendo com eles em sala de aula, no diálogo dos núcleos de pesquisa, nas reuniões de orientação e em encontros acadêmicos, tais como as reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Antropologia do Mercosul (RAM) e dos antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE). O orientador é aquele que vai abrir o caminho desse mundo fascinante que é a comunidade de antropólogos. É ele quem vai abrir as portas dessa comunidade acadêmica aos seus orientandos. Não há, portanto, tese sem orientador, porque é este quem vai sustentar o seu orientando frente aos futuros pares. O orientador é necessário para a entrada na vida acadêmica, pois esta tem regras e rituais de iniciação para os quais é necessário um “fiador”, um “padrinho” que garante e banca a entrada de jovens neófitos neste mundo.

O que significa orientar para mim?

Até iniciar minha carreira como professora de antropologia, inicialmente na FURB,⁴ nunca havia refletido sobre a orientação. Em Paris, onde fiz mestrado e doutorado, a experiência de “ser orientada” havia sido solitária. Ao entrar no mestrado na Sorbonne – Universidade de Paris V –, desejava uma mulher como orientadora, pois nessa altura de minha vida, marcada por minha militância feminista, pensava que a identidade de gênero era essencial para um trabalho sobre feminismo e violência contra as mulheres – tema de minha tese de doutorado. Na época, 1982, não havia nenhuma mulher habilitada oficialmente para assumir orientação no departamento de antropologia da Sorbonne. Hoje, felizmente, as coisas já são diferentes na França. Seguindo a tradição francesa de então, meu orientador, Louis Vincent Thomas, que já era reconhecido como um grande mestre, devido não só à sua idade como também ao seu papel fundamental na criação de um dos principais centros de pesquisa no Senegal, me recebia muito raramente – e só para discutir capítulos escritos que lhe enviava de minha tese. Todos nós, bolsistas brasileiros na França naquela época, lamentávamos o que achávamos que era uma “falta de orientação” por parte de nossos professores franceses. Hoje não compartilho mais dessa posição, pois entendi que “assumir a orientação” é um compromisso com a disciplina antropológica como um todo, e que a orientação é sobretudo um voto de confiança e um aval que o orientador assume frente à sua instituição – que representa a comunidade acadêmica como um todo. Aval esse que, nos ensina Marcel Mauss (1974), é símbolo da dívida que estrutura a reciprocidade, dívida que, queiramos ou não, carregamos para o resto de nossas vidas e que só pode ser paga no inevitável *kula* que significa a orientação. Até hoje, na França, que visito regularmente, me perguntam quem me orientou, e quando digo que foi Louis Vincent Thomas, sempre meus interlocutores relembram histórias que ele contava e destacam o papel pioneiro que ele teve na abertura da antropologia francesa para temas inusitados na época: morte, violência, ficção científica. Saber quem foi o orientador é uma pergunta que nos será feita eternamente, mesmo quando já deixamos de ser “jovens antropólogos” e passamos a assumir as responsabilidades que nos são exigidas pelos lugares profissionais que ocupamos. O orientador, é portanto, alguém que ocupa um lugar central em nossa vida futura, e nos tornamos, mesmo sem desejar e muitas vezes sem consci-

ência, herdeiros intelectuais de determinadas linhagens, como nos ensina Mariza Peirano.

Que dor é essa?

Quando escrevia minha tese, nos anos 80, sofria muito. Achava que este era um sofrimento ritual que acabaria com a defesa. Ledo engano.

Jovem doutora, em 1989 comecei a ensinar na pós-graduação da UFSC, e logo fui procurada por alunos que desejavam minha orientação. Havia recém-começado a aprender a dar aulas de antropologia, tarefa para a qual também não havia sido formada. Hoje, felizmente, já se sai do mestrado sabendo ensinar, graças à prática de estágio-docência; contudo, ainda não se ensina a orientar – e pior, não se fala nunca de orientação em nossas práticas profissionais. Quando se aborda o tema em reuniões de colegiado de curso, é via de regra para falar dos “orientandos-problema”, os alunos que vão mal no curso, que não conseguem avançar na tese, que desaparecem, que desejam mudar de orientação – na maior parte das vezes criando mágoas e ressentimentos entre os envolvidos. Parece que só há lugar para falar de orientação nos casos onde ela não acontece a contento, sendo uma espécie de tema tabu no diálogo que temos entre pares. Fala-se dos temas que nossos alunos estudam, mas pouco se fala sobre a relação que estabelecemos com nossos orientandos, e pouco se troca profissionalmente sobre o que é ou deveria ser a orientação em antropologia.

Orientar é uma das atividades-chave da nossa prática profissional acadêmica. Lugar de muito investimento acadêmico, é também um lugar de grande investimento emocional por parte de nós, hoje orientadores. Ou seja, a dor da tese é uma dor que é compartilhada pelos dois pólos da orientação: orientando e orientador. Não há tese sem esta díade; é neste diálogo – nem sempre cordial – que se produz a tese, filha material de um/uma (o orientando) e simbólica do/a outro/a (o/a orientador/a).

Um dos pressupostos teóricos que sustentam a minha visão da orientação é que se trata de uma relação de transferência (por parte do aluno) e de contra-transferência (por parte do orientador). Ou seja, trata-se de uma relação na qual há muito mais coisas envolvidas, no plano emocional, do que “apenas” a orientação de um trabalho científico. A escolha do/a orientador/a, que muitas vezes

é vista simplesmente como uma opção teórica ou temática, é na verdade uma escolha muito mais profunda do que o nosso discurso consciente sobre a orientação sugere. Evidentemente, é uma escolha mútua, mesmo que na maior parte dos casos pareça ser uma escolha apenas da/o aluna/o.

A dor da tese

Mas voltemos ao ponto inicial, a dor da tese. Que dor é esta que nos mobiliza tanto e que estrutura as nossas vidas profissionais?

Não me deterei aqui na constatação de que a defesa da tese é um ritual iniciático. Sabemos que o trabalho de campo é um ritual de iniciação na disciplina, e que o ritual de defesa – tal como o praticamos no Brasil – é um ritual que exige muita argüição por parte da banca (que precisa “se preparar” para as defesas com muitas e muitas horas de leitura da tese, e não raro com releitura de parte da bibliografia citada) e humildade e firmeza por parte do aluno nas respostas. Há, sim, sofrimento na defesa, por parte do candidato, do orientador, dos demais membros da banca e também da platéia, que sofre junto. Mas não é nesta dor que me deterei aqui. Pensarei um pouco sobre a dor que a antecede, dor crônica, dor que é vivida por todos nós o tempo inteiro, a dor da escrita da tese, dor que se re-atualiza (em menor escala) cada vez que temos de escrever um artigo para um congresso ou mesmo dar uma aula. Que dor é essa?

Creio que a proposta teórica de Joyce McDougall (1982, 1989, 1996), psicanalista que vem refletindo sobre o processo de criação artística e a sua relação com o inconsciente e o corpo, pode nos servir como pano de fundo para entender o processo de criação intelectual, num sentido mais amplo. Nos casos clínicos que sustentam as suas análises, os artistas (escritores, pintores, artistas plásticos) sofrem fisicamente, e é a partir desse sintoma que procuram a psicanálise. McDougall constata que a criação artística é antecedida de doenças, e que os seus analisandos-artistas conseguem produzir artisticamente apenas depois de terem elaborado aquilo que, no inconsciente, embarga a criação – e que é ao mesmo tempo a fonte do processo criativo. A autora vai além da idéia mais corrente de somatização, afirmando que o sofrimento expresso no corpo é uma das formas psíquicas mais recorrentes no processo de criação, e que este sofrimento é parte do próprio processo de criação.

Acredito que o mesmo pode ser dito relativamente ao processo de criar uma tese, e que a sua teoria pode nos ajudar, enquanto orientadores, a entender os sofridos processos pelos quais passam os nossos orientandos. Doenças são muito comuns no momento da escrita da tese. Doenças leves como gripes, resfriados e diarreias até doenças muito mais graves como câncer, problemas cardíacos, sérias infecções, problemas ginecológicos, aí se incluindo tentativas de suicídio (ou até mesmo consecuições, como foi um dos casos, que me foi relatado, de uma jovem brilhante professora da UnB). Como orientadores, defrontamo-nos seguidamente com os nossos alunos doentes, submetidos a dores físicas e impedidos de escrever.

Como, então, lidar com este sofrimento?

Sugiro tomar estas doenças como “sintomas” do sofrimento maior, que é o da escrita da tese, da produção desse trabalho que ocupa simbolicamente um lugar fundamental na vida de todos nós que optamos pelo processo criativo que a pesquisa antropológica nos faz vivenciar.

Não sou psicanalista, e brinco com meus alunos dizendo que, se orientação fosse psicanálise, custaria bastante. Pagos pelo Estado, através de nossos salários, eliminamos na relação com nossos orientandos a relação dom/contradom que a psicanálise instaura ao exigir um pagamento, não raras vezes de grande custo para o paciente.

Bebendo na fonte da psicanálise, creio, no entanto, que é na compreensão de que estas doenças falam da tese que pode estar a chave de nossa orientação bem-sucedida.

Uma experiência concreta que tenho proposto aos meus alunos vem do diálogo que tenho estabelecido há vários anos com colegas da área que trabalham com psicanálise e análise institucional, em particular com Luiza Dalpiaz, que é o de fazer um diário com dois lados: o direito, da razão, da objetividade, e o esquerdo, da emoção, da subjetividade. Este diário, que recomendo aos meus alunos em todas as disciplinas que ministro, serve como uma espécie de *garde fou*, um lugar em que o pesquisador vai aprendendo a trabalhar por escrito, tanto com o prazer das suas descobertas no contato com “outros” – objetos de sua investigação – quanto com as emoções e sentimentos que afloram em seu trabalho de campo. Esta elaboração por escrito tem sido uma boa forma de aprender a “segurar o touro”, ou seja, suportar a desconstrução individual e sub-

jetiva que o processo criativo desencadeia em cada um de nós. Escrevendo se supera os limites subjetivos daquilo que nos impede de “ver”, e sobretudo a escrita permite que, ao nos conhecer, possamos, assim, conhecer os “outros”.

Ao propor esta comunicação na Reunião de Antropologia do Mercosul de Florianópolis, pensava inicialmente em trazer uma série de relatos etnográficos de alunos/as por mim orientadas/os, colegas e outros alunos com quem compartilhei estes momentos terríveis de “acabar a tese”. Mas ao escrever este texto – e no diálogo iluminador com Claudia Fonseca, a quem considero minha ex-orientadora sem que nunca formalmente ela o tenha sido –, dei-me conta de que não podia “expor” meus/minhas informantes em uma situação formal como esta mesa. Muitas foram as doenças que me foram espontaneamente relatadas: perda de dentes, alergias, vários tipos de câncer (no cérebro, nos seios, no coração, de pele, no pulmão, nos ossos), infartos, problemas sérios de coluna, miomas, tireoidismo, abortos espontâneos, sem falar em freqüentes cólicas, diarreias, gripes e resfriados. Em geral, os meus informantes não estabeleciam relações entre as doenças e a tese, mas as doenças eram a explicação pela “demora do fim da tese”, explicação que aparecia espontaneamente na conversa. Surpreendeu-me, também, ver que com freqüência doenças graves suas ou de familiares sob sua guarda eram as razões alegadas para a prorrogação de prazos de defesa, tanto em nosso programa quanto por parte de alunos bolsistas da CAPES no exterior. Além disso, percebi também o quanto estes argumentos parecem tocar bancas e professores envolvidos nestes julgamentos, como se efetivamente a doença fosse um argumento socialmente reconhecido como legítimo e auto-explicativo.

Tenho-me perguntado, à luz destas observações de campo, por que nós, antropólogos@s brasileiro@s, respeitamos o sofrimento da escrita apenas quando ele se expressa em doenças graves? Talvez fosse mais saudável se conseguíssemos permitir a nossos alunos a elaboração do que significa o processo criativo de escrever uma tese.

Muito já foi pensado entre nós sobre o trabalho de campo e a etnografia, mas creio que ainda há muito a se elaborar sobre outras etapas do “fazer antropológico”, em particular a etapa da escrita.

Mas antes de concluir, gostaria de abordar um último tópico, amalgamado com a “dor da tese”: os famigerados “prazos da CAPES”.

Os prazos da CAPES: razão do sofrimento

Como representante da área de Antropologia na CAPES entre 2001 e 2004, recebia regularmente reclamações de professores e alunos de programas de pós-graduação e mensagens pela internet protestando sobre os “prazos da CAPES”. Lembro-me de uma mensagem enviada por Kelly Cristiane da Silva e Daniel Simião, então doutorandos da UnB, que se encontravam em 2003 em trabalho de campo em Timor Leste. Tratava-se de mensagens de uma lista de debate de alunos de antropologia, em que uma estudante relatava algumas histórias de pós-graduandos que haviam sido internados por causa do *stress* de fazer a tese. Vários mestrandos e doutorandos de antropologia, de diferentes cursos de pós-graduação, enviavam os seus comentários e compartilhavam as suas angústias e estratégias para fazer face aos draconianos “prazos da CAPES”, relatando tragédias e doenças graves de amigos e conhecidos. As narrativas eram terríveis e tinham forte impacto na lista, havendo inclusive muitas mensagens com sugestões práticas de como suportar tanto sofrimento, através de meditação, ioga, natação, caminhadas, etc. Pensei muito sobre o que aqueles relatos podiam significar, e sobre as receitas que circulavam na Internet a respeito das formas de suportar a “dor da tese”.

Antigamente, as dissertações de mestrado eram “verdadeiras teses”. Muitos alunos levavam 8 a 10 anos (quando não 15) para escreverem as obras da sua vida. Hoje, tudo mudou. Dissertações de mestrado devem ser escritas em menos de três anos por determinação das principais agências financiadoras de pesquisa no país (CAPES e CNPq). Ao longo destes quatro últimos anos, período em que acompanhei de dentro as lutas pela definição dos “prazos ideais” de produção de teses e dissertações em antropologia, chegou-se a um consenso nacional de que dissertações podiam ser idealmente defendidas em 27/30 meses, e de que teses necessitavam de 60 meses para serem elaboradas a contento.

Como orientadora, também sofri muito com os “prazos da CAPES”, pois meus orientandos tiveram de defender as suas teses e dissertações para que o nosso PPGAS não perdesse as suas bolsas (estas ainda distribuídas segundo tempos mais exíguos). A minha posição, ao longo de todos esses anos, foi a de que também gostaria que ampliássemos os prazos, pois sentia que com mais alguns meses fariamos melhores dissertações e teses.

Imersa em tantas pressões externas e internas, negociações com outras áreas no CTC da CAPES e com a nossa própria área no Fórum dos coordenadores, comecei a perceber e admitir que “o prazo da CAPES” funcionava também como um terceiro na relação com os meus orientandos.

Nos “velhos tempos”, lembro-me de que ficava semanas, para não dizer meses, lendo as versões finais das dissertações. Recordo o quanto esse momento era terrível, pois a minha palavra era derradeira, e eu devia pedir inúmeras modificações e adendos até que o aluno tivesse dado tudo de si. Dei-me conta, recentemente, de que o “prazo da CAPES” era, contraditoriamente, um alívio, pois agora eu tinha um “outro”, uma espécie de superego do meu trabalho, que, ao me dar um prazo, aliviava minha angústia com o tempo final.

É então por tudo isto que penso que a “dor da tese” e uma dor não apenas de quem escreve a tese, mas também um dor de quem orienta, dor que fala também de uma relação que se encerra com o final da tese.

Para finalizar, retomo as reflexões de Barthes sobre a escrita, como algo que se produz na complexidade do que fantasiamos da relação com o *outro*:

Savoir qu'on n'écrit pas pour l'autre, savoir que ces choses que je vais écrire ne me feront jamais aimer de qui j'aime, savoir que l'écriture ne compense rien, ne sublime rien, qu'elle est précisément là ou tu n'es pas – c'est le commencement de l'écriture (1977:116).

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. 1977 *Fragments d'un discours amoureux*, Paris : Editions du Seuil, *Le Petit Robert 1*. 1990. Paris: Dictionnaires Le Robert.
- MAUSS, Marcel. 1974. “Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia. II*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- MCDUGALL, Joyce. 1982. *Théâtres du je*. Paris : Gallimard.
- _____, 1989. *Théâtres du corps*. Paris: Gallimard.
- _____, 1996. *Eros aux mille et un visages*. Paris: Gallimard.
- Novo Dicionário Aurélio*. s. d. 1ª edição (6ª impressão). R.J.: Editora Nova Fronteira.

Notas

¹ Barthes, Roland, p. 113 (tradução minha).

² Tradução minha.

³ Estou usando orientador no masculino apenas para não sobrecarregar o texto com “o/a”, mas peço ao leitor e à leitora que tenham sempre em mente que estou falando de orientadores e orientadoras. Tenho claro que o gênero do/a orientador/a é fundamental na própria relação de orientação.

⁴ Fundação Universidade de Blumenau, instituição em que iniciei a minha carreira de professora de Antropologia em 1987.

⁵ É importante lembrar que, após ter redigido este texto para a Reunião de Antropologia do Mercosul, em dezembro de 2003, foi possível mudar as regras que definiam os prazos na área de Antropologia, graças à articulação do Fórum dos coordenadores da área.